

A PROBLEMÁTICA DA AVALIAÇÃO — UMA ANÁLISE DE MÉTODOS ALTERNATIVOS

Murilo Urssi Malek-Zadeh

Orientador: Luiz Carlos de Freitas

Faculdade de Educação — FE

Palavras-chave: Avaliação Institucional-Participação-Comissão Própria de Avaliação

Introdução

A problematização prima acerca da avaliação institucional e da realidade escolar se resume em (Betini, 2009, p.83): (1) a escola se mantém em construção e pode trocar a finalidade social que possui durante a história; (2) inserida no sistema capitalista, não é incomum que seja em função dele de modo a favorecê-lo, mas, neste estudo, privilegia-se que a escola seja em função do estudante, a escola deve ser avaliada de forma a ter incentivos para dar ao estudante possibilidades de ler o mundo a sua maneira, e criar a própria opinião, como indivíduo e como classe social, ao invés de inseri-lo no mercado, apenas (Freitas, 2003, p. 13-14); (3) a avaliação institucional como hoje é gerida, através de índices, se propõe a uma motivação artificial e mercadológica da instituição escolar, contrário do que se defende neste trabalho (Freitas, 2003, p.27-28); (4) esta motivação é a troca do trabalho da comunidade escolar por bons posicionamentos em rankings e bons índices (relação de troca) mesmo que estes ignorem parcela do trabalho daquela; (5) os índices não são confiáveis, até pelo fato de serem criados por um órgão da relação de troca (Hadji, 2001, p. 27); (6) não se pode padronizar a avaliação institucional, pois cada comunidade que atua em cada escola possui bagagem única e ranquear as escolas é potencializar a desigualdade regional, ao invés de neutralizá-la.

Portanto propõe-se uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) para que dentro da escola seja produzida uma autoavaliação institucional, afim de criar uma avaliação mais eficiente, legítima e que faz crescer a autonomia da escola e de seus atores.

Metodologia

Uma escola que aderiu ao projeto em andamento nas escolas municipais de Campinas cujo objetivo é mobilizar a escola para a construção da qualidade foi visitada para observar o cotidiano escolar e reuniões da Comissão Própria de Avaliação (CPA). O Laboratório de Observação e Estudos Descritivos (LOED) participa deste projeto.

Realizou-se entrevistas com membros da CPA, com alunos e com orientadores pedagógicos responsáveis pela implementação do projeto.

Discussão

A CPA é parte da Avaliação Institucional Participativa que pretende dar maior autonomia à comunidade escolar. Para isso, é proposto que se promova reuniões de autoavaliação que seja composta por membros de todos os segmentos que formam o ambiente escolar, alunos professores, funcionários e pais, estas reuniões são funções da CPA, e ocorrem periodicamente.

Através dessas reuniões são identificados aspectos fortes e fraquezas do interior da escola.

Nesta perspectiva a participação dos alunos não é apenas possível no exercício da Avaliação Institucional Participativa como necessária. Segundo Pereira (2009, p.199-200), o exercício de participação dos alunos deve possuir caráter social para que não se perca o valor essencial deste no processo e a CPA é importante pois possibilita um exercício real (não de faz de conta) em que o trabalho deve acontecer e ser realizado em conjunto, com a participação de todos, já que, como aponta Sarmento (2007), a participação é definida pela interação de diversos atores na construção de um espaço coletivo.

Na visão de Perrenoud (1995), se o aluno se vê obrigado a cumprir um ofício do qual não participa ativamente não há garantias de que, como um todo, os discentes se comportem de forma a abraçar o projeto pedagógico como é colocado e neste aspecto a relação entre professor-aluno é essencial e a mobilização da participação do aluno necessária. Pensando nesta necessária mobilização da participação dos alunos, é possível que mesmo dentro do sistema educacional vigente estes participem da vida escolar da instituição de formas alternativas à sala de aula, como participando de grêmios estudantis e outras entidades cujos fins podem variar de objetivos específicos e findos (como a elaboração de uma festa de formatura, por exemplo, para a qual se cria uma comissão) ou objetivos maiores como a representação dos alunos perante à diretoria ou os docentes ou mesmo participação destes em órgãos colegiados da escola como é o caso das CPAs.

Nesta perspectiva, percebemos que na Avaliação Institucional Participativa (AIP) há um grande potencial para a participação destes estudantes já que ela pretende uma auto avaliação da instituição de forma a democratizar as relações vivenciadas e as decisões tomadas. Pereira (2009) explica que para conseguir a capacidade de tomar decisões é necessário exercitar a tomada de decisão; ninguém nasce pronto para decidir, aprende-se com o exercício e é no exercício da participação que os alunos podem se tornar sujeitos da história da escola.

Esta participação, aqui defendida, precisa ser treinada e aprendida, e para que sirva aos propósitos da escola, há de ser, como o processo educacional, dinâmica e congregadora. No entanto, segundo Costa (2012), na realidade da escola esse processo participativo é às vezes ainda falho ou incompleto mesmo naquelas escolas em que a visão da AIP é predominante. A autora aponta que não é raro que em CPAs não haja sempre a participação do setor estudantil ou que os representantes que

frequentam a reunião sejam os considerados “bons exemplos”. Além disso, ela aponta que nem sempre a participação dos estudantes nas reuniões significa que a escola esteja, de fato, levando em conta suas impressões.

Concordando com a autora (Idem) também pensamos que é essencial, para que se alcancem possibilidades de um ensino de qualidade nas escolas, que os alunos aprendam também a participar e serem sujeitos ativos, sendo a a AIP uma alternativa viável para isto, embora não garantidora já que depende de como se consolida em termos de participação.

Conclusões

Através das observações feitas em campo, do estudo realizado sobre as atas de reuniões da escola e das entrevistas com professores e estudantes, acreditamos que a CPA trouxe um aumento na participação dos alunos na escola tanto em termos de trazer os alunos para um debate do que existe de problema no ambiente escolar e de como resolvê-lo, quanto de realizar trabalhos que visem resolver esses problemas concretamente.

Referências

Bibliográficas

BETINI, G. A. **Avaliação Institucional em escolas públicas de ensino fundamental de Campinas**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2009;

FREITAS, L. C. **Ciclos, Seriação e Avaliação: Confronto de lógicas**. São Paulo, SP: Moderna, 2003;

HADJI, C. **Avaliação Desmistificada**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001;

PEREIRA, M. S. F. **Participação estudantil no processo de avaliação institucional**: o que aprendem/ensinam os estudantes quando participam de processos de avaliação da qualidade da escola? In: SORDI, Mara Regina Lemes de (org.) **A avaliação como instância mediadora da qualidade da escola pública**. Campinas, SP: Editora Millennium, 2009.

PERRENOUD, Ph. **Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar**. Porto: Porto Editora, 1995.

SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, V. M.R. de, SARMENTO, M.J. (orgs.). **Infância (in)visível**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2007.